

PORQUE DEVEMOS EDUCAR PARA A SUSTENTABILIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS ATRAVÉS DA BIOÉTICA?

JOANA ARAÚJO, CARLOS COSTA GOMES
Universidade Católica Portuguesa, Instituto de Bioética

RESUMO

O ritmo avassalador da crise ambiental exige uma reflexão profunda que conduza a uma valorização do ambiente e assegure uma consciência ética sobre as responsabilidades diretas nesta crise. Esta nova forma de comportamento ético permitirá que todos os seres possam usufruir, em conjunto, deste bem que é a vida, do qual a problemática dos recursos hídricos é indissociável. A Bioética, ao refletir sobre as questões éticas que emergem das novas tecnologias e da investigação científica, tem um papel fundamental, na medida em que poderá representar uma mais-valia para enriquecer e fundamentar estas discussões sobre a sustentabilidade dos recursos hídricos.

Palavras-chave: crise ambiental; recursos hídricos; bioética; educação

ABSTRACT

The overwhelming pace of environmental crisis promotes deep reflection that values the environment and ensures an ethical awareness of the direct responsibility in this crisis. This new form of ethical behavior will allow all living things to enjoy together this good that is life, of which the problem of water resources is inseparable. Bioethical thought about the ethical issues that emerge from new technologies and scientific research, has a key role, and it may represent an added value to enrich and substantiate these discussions on the sustainability of water resources.

Keywords: environmental crisis; water resources, bioethics, education

INTRODUÇÃO

A crise ambiental é uma crise histórica e de proporções verdadeiramente globais. Se nos tempos mais remotos o ser humano usufruía do mundo, a partir de determinado momento começou a tentar conhecê-lo. O saber gerou a técnica que levou à transformação do mundo; se primeiramente o ser humano tinha como objectivo melhorar a qualidade de vida, o bem-estar, num segundo momento começou a tentar modificar “o curso natural”. O ser humano, através da reflexão, da capacidade em se projectar no futuro, de inovar e de criar, adquiriu progressivamente o poder de influenciar e, hoje, de modificar as situações de facto e o decurso dos acontecimentos até nos domínios mais profundos da vida (Bourg, 1996).

À medida que a ciência transfere para as mãos do ser humano poderes que antes estavam reservados à natureza, a questão que se levanta do ponto de vista ético é até que ponto estamos autorizados a exercer esse poder. Mas será que tudo obedece a uma necessidade incontrolável? Crescimento sem limites? Progresso contínuo? O imperativo científico (científico–tecnológico) deve cruzar necessariamente o imperativo ético (Neves, 1997).

A verdade é que o desenvolvimento tecnológico desmedido pode contribuir em muito para o agravamento da crise ambiental; a industrialização, a explosão e a implosão demográficas, a poluição a todos os níveis: solo, ar e água; a perda da biodiversidade, a desigualdade entre os povos, a má distribuição das riquezas não apenas a nível económico, mas principalmente a nível natural (água, alimentos); tudo isto representa um combinado de perturbações que se não forem controladas a curto prazo, provavelmente colocarão em causa a sobrevivência da espécie humana e do mundo natural. Por outro lado, o avanço tecnocientífico também pode ser visto como fonte de solução para os problemas que suscita. São muitas as vozes autorizadas - cientistas e empresários, ativistas e ecologistas – a defender que através do próprio desenvolvimento tecnológico será possível encontrar as soluções necessárias para conter os malefícios que decorrem da sua aplicação (Heras, 2003).

Existem diversos campos em que a ciência e a técnica têm vindo a desenvolver soluções com vista a melhorar o ambiente, recorrendo cada vez menos a produtos poluentes. Porém, é verdade que estes projectos são ainda insuficientes para contemplar todas as necessidades. Aliás, os factores económicos e políticos em muito contribuem para esta lassidão e lentidão da tecnologia (Küng, 1990).

O ser humano, ao ter noção da situação desfavorável e até crítica em que se encontra, percebe que deve modificar a sua atitude e procurar um novo modo de agir. Tal como defende Hans Jonas (1995), o ser humano tem de ser capaz de modificar, não só o modo como actua, mas fundamentalmente o modo como pensa.

Como ser ético, o ser humano tem a capacidade de agir vinculada à exigência de reflectir e de decidir conscientemente sobre esse mesmo agir, logo, a questão ética fundamental do nosso tempo consiste na exigência de repensar as múltiplas formas de acção capazes de enfrentar uma determinada situação, para assim conseguirmos combater os efeitos perversos do nosso poder, que se tornaram uma ameaça para a humanidade e para a biosfera. Neste sentido, a sociedade tem o dever moral de desenvolver acções com vista à protecção do ambiente, na medida em que face a um ambiente ameaçado, o ser humano é constantemente interpelado a tomar decisões, com o pressuposto de que num mundo global todos os atos locais têm impacto no sistema global.

Os paradigmas associados ao crescimento ilimitado, a fé na racionalidade instrumental e a confiança no poder do ser humano começaram a ser postos em causa tendo em conta os resultados produzidos. A questão ética fundamental do nosso tempo consiste em avaliar a acção humana com base numa aliança entre o saber biológico e os valores humanos.

A nossa proposta é a de que a Bioética, como ciência que combina os dois conhecimentos – as ciências e os valores humanos, pode ser uma resposta à necessidade de encontrar um caminho para as questões éticas das ciências da vida.

O DESAFIO ECOLÓGICO

A natureza sofre diariamente golpes por parte das actividades tecnológicas. A nossa acção introduziu ambivalência dentro daquilo que parecia posto ao abrigo das nossas intervenções. Diferenciamos-nos da natureza a ponto de nos julgarmos estrangeiros, mas não podemos nem devemos separar-nos dela se quisermos continuar a aventura da vida. Devemos abandonar para todo o sempre a pretensão de domínio total e de conquista da natureza, como se fossemos alheios a essa natureza (Attfield, 2014).

Este projecto torna-se irrealista na altura em que percebemos que o cosmos fica fora do nosso alcance. O ser humano toma consciência de que o dever prometido pela tecnociência conduz à ruína da biosfera e por consequência ao suicídio da humanidade no seu conjunto. Esta forma de divinização do ser humano deve cessar, pois se está certo que este tem que ser valorizado, sabemos hoje que só o podemos valorizar verdadeiramente se também valorizarmos a vida, de tal modo que o respeito profundo pelo ser humano passa pelo respeito profundo pela vida. A nossa tarefa é definirmo-nos simultaneamente pela nossa inserção e pela nossa distinção relativamente à natureza (Morin, 1991). Não se trata de rejeitar e condenar, mas sim de criar contra orientações, contrapesos, contraprojectos, contramovimentos aptos a contrabalançarem os anteriores.

O ser humano tem conhecimento das causas da crise ambiental e definitivamente tem de ser capaz de passar da teoria à prática e assim encontrar um caminho para a ultrapassar (Soromenho-Marques, 1998). Trata-se de um desafio ao nível da alteração dos padrões de comportamento, que passa pela institucio-

nalização de uma lógica de prudência. Apenas adaptando as nossas posturas antropocêntricas e egocêntricas de estar no mundo é possível superar a crise ambiental da nossa época, mesmo tendo noção de que um determinado grau de antropocentrismo continuará a existir sempre, uma vez que qualquer valor atribuído à natureza por parte do ser humano o é sempre com algum interesse (Neves, 1997).

Surge assim a necessidade de uma nova forma de conduta em relação à natureza, uma nova concepção filosófica Ser Humano–Natureza. Nasce a Ética Ambiental que se pretende que venha a constituir um desafio e uma verdadeira exigência para uma nova concepção de humanismo, onde a liberdade e a responsabilidade deverão ser encaradas como gerando uma praxis múltipla e complexa – ética, política e economia sustentável (Fernandes, 2002). No entanto e, apesar de esta nova ética poder ser considerada utópica no sentido mais positivo do termo, fazendo o paralelismo com uma expressão de Daniel Serrão (1996) para definir a bioética, a nossa esperança é que seja uma utopia saudável.

A crise ambiental que hoje enfrentamos demonstra claramente que vivemos numa época em que ocorreram mudanças radicais na relação entre o ser humano e a natureza. Com o despertar para uma reflexão ecológica, o ser humano tem procurado cada vez mais trabalhar em proveito da protecção da natureza; porém esta atitude está associada à extrema necessidade de preservar e melhorar a sua qualidade de vida. Verifica-se assim que o respeito pela natureza não se opõe a esta atitude antropocêntrica, na qual o princípio da beneficência para si e para os outros ocupa um lugar de destaque (Morin, 1991).

O problema ecológico exige que o ser humano proceda a uma forte reflexão, sobre a relação fundamental que mantém com o cosmos, sobre a sua especificidade e a sua estranheza. Neste sentido, que pressupostos essenciais poderão ajudar a humanidade a colocar a salvo o limiar do terceiro milénio? Como reencontrar uma cultura que não volte a separar o ser humano do cosmos, mas que, pelo contrário sublinhe a sua inerência nesse cosmos? Segundo Touraine (1995) citando J. Ehrard, “o grande sonho do século era o de a humanidade reconciliada consigo mesma e com o mundo, o que por sua vez contribuiria para uma harmonização espontânea com a ordem universal” (Touraine, 1995, p.21).

Tendo em conta tudo o que foi dito, o que está em causa, provavelmente, é a luta pela sobrevivência de uma civilização humana técnico-científica e planetária. O paradigma ambiental convida ao respeito pelo que é plural e diferente, desafia à prudência, incita à responsabilidade tanto individual como colectiva pois não nos podemos limitar a entregar todas as responsabilidades à classe política; a contribuição de cada cidadão é fundamental. Fala-se de um futuro cada vez mais incerto mas, paradoxalmente, nunca fomos tão responsabilizados como agora pelo futuro que devemos deixar às gerações seguintes (Mongin, 1996).

O PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE

Hans Jonas (1995) na sua obra *O Princípio Responsabilidade. Ensaio para uma ética para a civilização tecnológica*, defende que uma ética para as civilizações tecnológicas deveria basear-se no dever e na responsabilidade do ser humano em relação à natureza e ao futuro das próximas gerações humanas sobre a Terra. As várias correntes éticas tradicionais preocupavam-se fundamentalmente com o agir do ser humano, com as virtudes e a fundamentação do dever. Mas, dado que se contemplava primordialmente a relação entre a pessoa e o seu agir, nunca nenhuma ética anterior se tinha questionado sobre as condições globais da vida humana no presente ou num futuro remoto e, ainda menos sobre a própria extinção da espécie.

O princípio da responsabilidade pode ser entendido como a designação contemporânea de uma ética de responsabilidade, que tem como principal tarefa a harmonização entre as obrigações e os direitos dos homens perante e no seio da natureza – “podemos arriscar a nossa vida mas não a da humanidade” (Soromenho-Marques, 1998).

Para Hans Jonas, o ponto de partida é o modo como a técnica moderna orienta o agir humano, oferecendo novas possibilidades e alterando, essencialmente, o meio no qual se insere. Esse agir, entendido como intervenção sobre a própria natureza, exige uma postura ética que seja adequada à transformação da natureza em função das próprias possibilidades que a tecnologia investe no agir. O ser humano tem que assumir a sua responsabilidade moral face às consequências directas e indirectas do seu agir técnico; no entanto, esta responsabilidade não se encontra restringida ao sujeito individual, mas sim ao agir colectivo, agir no qual a preocupação básica diz respeito aos efeitos remotos, cumulativos e irreversíveis, da intervenção tecnológica sobre a natureza e sobre o próprio ser humano (Jonas, 1995)

O autor defende que, em consequência do nosso agir irreflectido, surge a longo prazo a necessidade de uma “nova espécie de humildade”, como reflexo “do excesso do nosso poder de agir face ao nosso poder de prever e ao nosso poder de avaliar e ajuizar”; conclui então que “a própria ignorância das implicações últimas se torna numa razão para que se faça uso de comedimento responsável – à falta da própria sabedoria” (Jonas, 1995).

O reconhecimento do desconhecido e da incerteza quanto aos efeitos do agir revela-se assim de extrema importância ética, pois deixa de ser um problema de mera existência, passando a ser de preservação da própria existência, para remediar os efeitos negativos da intervenção tecnológica (Ferreira, 1998). No entanto, o princípio da responsabilidade não está restringido apenas e exclusivamente às responsabilidades que o ser humano tem para com as gerações futuras, mas também abrange os deveres que tem para com a natureza. A humanidade continua a ser a origem dos valores éticos, porém o respeito devido à Humanidade já não pode dissociar-se do respeito devido à natureza.

Antigos pressupostos defendidos por Galileu, Descartes e Francis Bacon levaram a uma organização da sociedade em função das ciências e das técnicas. Para Francis Bacon, o importante era acumular mais ciência e mais técnica, o que consequentemente gerava um estado de maior desenvolvimento material, com vista a um maior bem-estar e até mesmo uma maior felicidade. O que Hans Jonas defende é que, tendo em conta os conhecimentos de que dispomos sobre os grandes mecanismos reguladores da biosfera, o ideal de Bacon far-nos-ia hoje caminhar para um suicídio colectivo.

A humanidade adquiriu uma verdadeira força planetária, isto é, passou a dispor da capacidade de alterar os grandes ciclos bioquímicos, como os ciclos do carbono ou o ciclo da água (Jonas, 1995). O facto de vivermos num mundo que se tornou tão frágil, no qual o poder é praticado com soberania, modifica radicalmente a ordem de grandeza das nossas obrigações morais: «tornamo-nos responsáveis pela própria existência das gerações futuras e, em certa medida, da perpetuação da natureza, condição de toda a vida humana» (Bourg, 1996).

Nesta perspectiva, temos uma responsabilidade para com as gerações futuras; não estamos autorizados a colocar em risco a vida da humanidade. A existência de vida humana na Terra apresenta-se como um valor e a preservação das condições dessa existência como um dever a ser tido em conta pelas novas dimensões do agir humano. Não temos o direito de escolher o não ser das gerações futuras em proveito do ser da geração actual. Por “não ser das gerações futuras”, entendemos não só o facto de elas ainda não existirem, mas sobretudo o facto de elas poderem a ser privadas de existência. O agir humano colectivo rende-se a uma obrigação, em face daquilo que ainda não é, ou em relação ao não existente que, enquanto tal, não pode sustentar qualquer pretensão à existência. Assim referenciamos o imperativo categórico de Hans Jonas “age de modo a que os efeitos da tua acção sejam compatíveis com a permanência de uma vida autenticamente humana sobre a Terra”, “de modo a que os efeitos do teu comportamento não sejam destrutivos para a possibilidade futura de uma tal vida” (Jonas, 1995, p. 40).

BIOÉTICA E EDUCAÇÃO¹

O termo “bioética” surgiu pela primeira vez, em 1927, pela voz de Fritz Jahr. No seu artigo *Bio-Ethik*, Jahr utilizou esta definição para designar a *aceitação de obrigações éticas não apenas para com o ser humano, mas para com todos os seres vivos* (Jahr, 1927, citado por Coutinho, 2005).

1 “[...] poderemos definir Bioética como o saber transdisciplinar que planeia as atitudes que a humanidade deve tomar ao interferir com o nascer, o morrer, a qualidade de vida e a interdependência de todos os seres vivos. Bioética é decisão da sociedade sobre as tecnologias que lhe convém. É expressão da consciência pública da humanidade.” Luís Archer, Colóquio “A Bioética e o Futuro”, Academia das Ciências de Lisboa, 1994.

Decorria o ano de 1970² quando surgiu a referência ao termo “bioética” com o oncologista Van Potter, no artigo *Bioethics, the Science of Survival*. A humanidade necessita urgentemente de uma nova sabedoria que lhe proporcione o “conhecimento de como usar o conhecimento” para a sobrevivência do ser humano e melhor qualidade de vida. Potter entendia a bioética como a ciência da sobrevivência, a ética da vida. Mais tarde no livro intitulado *Bioethics, a Bridge to the Future* (1971), Potter, tendo por base a Ética da Terra de Aldo Leopold, entendia a bioética como uma ponte entre ciência e humanidades, onde defendia a escolha do *bio* como representação do conhecimento biológico, a ciência dos sistemas vivos; escolhia ética para representar o conhecimento dos sistemas de valores humanos (Neves, 1997). Todavia, rapidamente Potter estendeu a sua definição de bioética num sentido mais abrangente onde procurou englobar todos os aspectos relativos ao viver, ou seja, não só a ética biomédica, mas também a ética ambiental. A *Ponte para o Futuro* é precisamente essa possibilidade exclusiva do ser humano de, pela capacidade ética, sacrificar o presente para persistir na existência (Archer, 2000).

É neste contexto que defendemos a pertinência e a urgência da educação, pois para pensar eticamente é necessário aprender e habituar-se a fazê-lo. De facto, a literacia implica actualmente a capacidade de pensar criticamente, de se ter comportamentos e não apenas capacidades de um ser letrado, e de pensar sobre o acto de pensar enquanto se desenrola o processo de expressão do pensamento. Esta condição de se estar simultaneamente dentro e fora do sistema, de sermos actores e objectos do conhecimento é um traço fundamental da cultura pós-moderna caracterizada pela paródia, pela ironia, pela descanonização, pela hibridação, pelo ethos lúdico e anarquizante, bem como pela inversão, pela lógica do avesso, do contrário, da descoroação do rei pelo bobo (Hassan, 1988). Sendo sujeitos do conhecimento, somos sempre reflectidos no objecto que investigamos, por isso todo o conhecimento é autoconhecimento. Só pelo autoconhecimento podemos exercer a nossa autonomia, respeitar e motivar a autodeterminação do outro, centrando a educação na pessoa e não no indivíduo. Ao perspectivarmos o Outro como pessoa, reconhecemos nele o valor da dignidade e é neste reconhecimento que está o principal instrumento de luta contra a autodestruição.

A Bioética, como ciência transdisciplinar, baseada na ética e nas ciências da

2 Na mesma época (1971) surgia uma outra definição de bioética, desta vez pela mão de André Hellegers, médico ginecologista obstetra. Com o patrocínio de Sargent Shriver e de Eunice Kennedy fundou, na Universidade de Georgetown, o primeiro Instituto Universitário de Bioética – Instituto Kennedy, na altura denominado por Instituto Joseph e Rose Kennedy para o estudo da reprodução humana e bioética. Para Hellegers, a bioética era uma reflexão ética sobre as ciências da saúde, a *bioética é o ramo da ética aplicada que estuda práticas e os desenvolvimentos no campo biomédico*.

vida, que reflecte sobre as questões éticas que emergem das novas tecnologias e da investigação científica, pode ter aqui um papel fundamental, na medida em que poderá representar uma mais-valia para enriquecer e fundamentar discussões sobre temas mais actuais, pois tal como afirma Walter Osswald, *no debate bioético procura-se a fundamentação para a emissão de juízos éticos, acolhimento de argumentos oriundos de diversas ciências, com linguagem própria* (Osswald, 2007, pp. 110). E é justamente pela sua especificidade que, a Bioética, quando considerada sob o ponto de vista da educação, constitui uma oportunidade pedagógica excepcional para o desenvolvimento de competências reflexivas, críticas e de base plural e democrática. Permite desenvolver a consciência da responsabilidade que cabe a cada ser humano, bem como a consciência de que essa responsabilidade é irrecusável e alienável.

No Relatório da UNESCO “Educação um Tesouro a Descobrir” (1996) foram definidos os quatro pilares do conhecimento: *aprender a conhecer* visa a aquisição de instrumentos de compreensão e combina uma cultura geral, suficientemente vasta, com a possibilidade de trabalhar em profundidade um pequeno número de assuntos, para que não haja risco de desinteresse dos outros e dificuldade de cooperação em qualquer matéria; *aprender a fazer* considera várias áreas do conhecimento escolhidas pela pessoa, de modo a adquirir, não apenas uma qualificação profissional mas, de uma maneira mais vasta, competências que a tornem apta para enfrentar diversas situações e a trabalhar em equipa; *aprender a viver juntos* passa pela compreensão do outro e pelo respeito pelos valores e pelo pluralismo ético, desenvolvendo a percepção das interdependências, de modo a participar e cooperar com os outros em todas as actividades humanas; *aprender a ser*, que essencialmente coroa e integra os três pilares anteriores.

Podemos assumir que a educação em bioética pode constituir-se como um importante alicerce a estes quatro pilares. *Aprender a conhecer* é um dos objectivos de uma área do conhecimento transdisciplinar como a bioética, na medida em que o diálogo entre diversas disciplinas alarga o horizonte do saber e destaca a própria essência do conhecimento. *Aprender a fazer* traduz-se na bioética pelo aprender a deliberar de modo a que o agir seja fundamentado, crítico e prudente. Neste sentido podemos afirmar que a deliberação ética dá aos seus intervenientes verdadeiras ferramentas na aprendizagem do fazer, a capacidade crítica para pensar antes de agir. *Aprender a viver juntos* é um dos objectivos da ética, um dos pilares da bioética, dado que a reflexão ética visa realizar uma vida boa, com e para os outros, em instituições justas. Neste sentido, a bioética é uma ética aplicada que permite um exercício correcto da cidadania. *Aprender a ser* está implícito na nossa definição de bioética como uma área do conhecimento potenciadora de uma prática científica reflectida e de uma existência humana que se questiona. Esta atitude crítica exige responsabilidade pelo modo como habitamos a Terra e a comunidade local, pelo modo como interagimos com o

outro, tendo como premissa o desenvolvimento constante do ser humano. *A partir do momento em que a tutela da vida e da saúde depende em grande parte do comportamento dos indivíduos e não somente da medicina e da economia, torna-se urgente uma transição da informação e da formação bioética no âmbito da educação, na família, na escola e nas chamadas agências educativas, ali compreendidos os meios de comunicação social* (Sgreccia, 2000, p. 18).

Como referido anteriormente, Potter (1970, 1971) orientou a construção do seu pensamento para a escolha do curso de acção mais prudente e mais apropriado, num determinado contexto, com e para os outros, tendo em consideração não só os indivíduos directamente afectados pelas decisões, mas também a comunidade onde se inserem e a biosfera. Potter tinha uma perspectiva global da Bioética como disciplina que poderia estabelecer a ponte entre os valores éticos das Humanidades e os factos biológicos das Ciências da Vida, considerando esta ponte como elemento essencial à sobrevivência da humanidade. A compreensão deste conceito exige uma educação do nosso olhar, de modo a que a nossa reflexão seja focada não apenas nos indivíduos, mas também, e de modo particular, no Outro que é parte do sentido identitário de cada um de nós³. É pela educação que podemos conhecer, experimentar e integrar os instrumentos necessários à deliberação entendida como um procedimento indispensável à tomada de decisão prudente no plano da investigação científica, no plano da relação médico/paciente, bem como no horizonte da sobrevivência da vida com sentido humano.

A Bioética é considerada por muitos especialistas como uma ética cívica, ou seja, como uma ética partilhada pelos membros de uma comunidade que se vêem como co-autores da narrativa da sua sociedade. Patrão Neves e Osswald (2014) apontam três razões principais para o actual papel da Bioética como ética cívica: a falta de fundamentos morais universais, que pode conduzir a um relativismo profundo ou à procura de regras e de linhas de orientação aplicadas ao contexto sob análise; a “morte de Deus”, do Autor, do sujeito unificado, que também deu origem à necessidade de procedimentos deliberativos alargados, através de diferentes perspectivas que podem ser integradas pela Bioética dada a sua natureza interdisciplinar; e a criação de instituições de Bioética, que também contribuíram para o papel pragmático desta área do conhecimento.

A PROBLEMÁTICA DOS RECURSOS HÍDRICOS

O problema da crise ambiental, apesar dos progressos à escala mundial da

3 Still, as individuals we need to have a feeling of direction, a sense of personal identity with something above and beyond our own daily life. A bioethics may fulfill that need, if understood to mean a global bioethics, encompassing not just medical bioethics but ecological bioethics as well and having as its core element the twin concepts of “person health” and Leopold’s land ethic. Global bioethics is proposed as a secular program of evolving a morality that calls for decisions in health care and in the preservation of the natural environment. It is a morality of responsibility. (Potter (1988) in *Global Bioethics*, p. 152)

designada consciência ecológica, está muito longe de se transformar na força motriz e consensual, capaz de mobilizar governos, empresas e opinião pública. O respeito pelo ambiente depende de todos, de uma forma global, e de cada um de nós, em particular. No entanto, o consenso nesta matéria só se torna possível à custa de uma ampla mudança de mentalidades e de uma nova conduta de cada ser humano, passando por uma consciencialização ambiental e o compromisso preservacionista.

A situação actual da humanidade representa assim um desafio para a razão moral. A crise do ambiente torna-se um veio condutor decisivo para a reorganização dos discursos e das práticas sociais críticas, renovadoras e alternativas. O que está em causa, provavelmente, é a luta pela sobrevivência de uma civilização humana técnico-científica. A crise ecológica atinge a humanidade como um todo e, pela primeira vez, torna-se perceptível uma situação na história na qual os homens, face a um perigo comum, são desafiados para assumirem colectivamente a responsabilidade moral (Apel, 1988). Esta nova forma de comportamento ético permitirá que todos os seres possam usufruir, em conjunto, deste bem que é a vida. E a vida no planeta Terra, tal como nós a conhecemos, é indissociável da água.

Água é vida e símbolo de vida; água é fonte de desenvolvimento; o acesso à água é fruto e expressão da justiça e da equidade social. A água é um bem essencial para a redução da pobreza e para o desenvolvimento sustentável, pois sem ela não é possível crescer. Porém, a explosão demográfica, a escassez e a falta de saneamento básico, a consideração da água como um bem público e do seu acesso como um direito humano fundamental, ainda que de forma implícita, o seu impacto nas políticas sociais e económicas, são as principais razões para a crescente crise mundial da sustentabilidade dos recursos hídricos (Agoramoorthy, 2014).

A água, como fonte de vida, é também um factor vital de desenvolvimento nas suas componentes socioeconómicas, nomeadamente o abastecimento das populações e da indústria, a rega, o suporte aos ecossistemas, a produção de energia, o turismo, o transporte, a pesca, o lazer, etc. Como podemos então colocar em risco a qualidade, a quantidade e a distribuição dos recursos hídricos? Não estaremos, com este tipo de comportamento a colocar em risco também a nossa própria sobrevivência?

A coerência das intervenções humanas nas várias fases do ciclo hidrológico, natural ou transformado, é de especial importância e nem sempre conseguiu prevalecer no que diz respeito à gestão dos recursos hídricos. A intensificação da construção de grandes projectos hidráulicos veio alterar, definitivamente, o tipo de relação entre o ser humano e a água, tendo o ciclo hidrológico natural sido drasticamente artificializado em muitas regiões.

A captação excessiva dos aquíferos subterrâneos ao longo dos últimos anos devida, fundamentalmente, à ausência de conhecimento da quantidade disponível de água, resultou numa série de poços secos ou com produção reduzida,

no colapso do solo, na interferência com outros cursos de água e no impacto ecológico sobre diversos ecossistemas.

A água utilizada na agricultura, na indústria e nas actividades domésticas regressa ao seu ciclo natural contaminada com produtos químicos e detritos domésticos. Por outro lado, o desperdício tem vindo a afectar negativamente a quantidade de água disponível, pois a atividade agrícola consome cerca de 70% da água doce do planeta mas a eficiência do seu uso é de apenas 40% (PNUEA, 2012).

A água constitui um recurso insubstituível na quase totalidade das actividades humanas e no ambiente. A dinâmica da sua circulação e a aleatoriedade da sua ocorrência impõem regras práticas de gestão que conduzem necessariamente a uma abordagem integrada territorialmente no espaço físico da bacia hidrográfica ou do aquífero (PNUEA, 2012). As suas múltiplas aplicações, por vezes até responsáveis por conflitos, obrigam a uma interacção no espaço das utilizações, levando a compatibilizar as lógicas e as dinâmicas próprias de cada sector e a dar coerência à acção das diversas entidades que participam, directa ou indirectamente, no planeamento, gestão e utilização dos recursos hídricos.

É urgente mobilizar toda a humanidade em torno deste objectivo, através da sensibilização das pessoas, da promoção de boas práticas, da mobilização de recursos, procurando implementar novas ideias e estratégias de acção, promovendo a participação, o diálogo e as parcerias. Esta atitude exige grandes alterações ao nível da compreensão dos nossos valores, ao nível dos nossos conceitos sobre a natureza, dos princípios éticos e do estilo de vida. Implica desafios éticos e culturais, compromissos de responsabilidade e participação, pesquisa e investimentos, apoio técnico entre países e intercâmbio amplo de informações e conhecimentos, melhorias ambientais e a prevenção de riscos e desastres naturais (Agoramoorthy, 2014).

As intervenções a empreender no domínio hídrico não podem limitar-se a encarar as linhas de água, as albufeiras ou os aquíferos como meras fontes de captação ou locais de rejeição. É necessário atender aos múltiplos valores ambientais e patrimoniais dos meios hídricos, nomeadamente ao seu destacado papel na conservação dos ecossistemas (PNUEA, 2012).

Se nada for feito para alterar as instituições e as políticas actuais no domínio da água, estas nunca conseguirão fazer com que todos os seres humanos tenham acesso a água potável em quantidade e qualidade suficiente, e nem elas chegarão a utilizar e a valorizar de maneira sustentável os recursos hídricos do planeta. A verdade é que existem soluções para os problemas da água; contudo, é imperativa a mobilização para procurar, propor e levar a cabo políticas alternativas.

A água é um assunto que envolve muitos actores e, portanto tem de ser considerada como um problema político que requer a criação de “palcos” deliberativos e representativos para a promoção de uma comunicação democrática horizontal entre todos os actores envolvidos (Herrera, 2005).

A verdade é que nenhuma outra questão merece mais atenção por parte da humanidade, pois ela determina a paz universal e o futuro de todos os seres vivos; deste modo só um olhar global sobre os recursos hídricos permitirá compreender a sua importância excepcional para a permanência da vida humana na Terra. Todavia, continua a assistir-se a uma extrema inércia perante a necessidade de actuar face a esta situação. Passar do diagnóstico teórico à sua terapia concreta tem-se revelado uma operação morosa e complexa (Morin, 1991).

É por isso urgente desenvolver uma ética comum contra a crescente escassez e vulnerabilidade da água, ética fundamental desenvolvendo a capacidade que os homens têm para sobrepor ao egoísmo do privilégio a consciência da responsabilidade colectiva pelas gerações futuras (Selborne, 2001). Uma ética centrada no uso eficiente e sustentável dos recursos hídricos tem como função encaminhar esta nova visão da problemática ambiental. A consciência do grupo dos agentes assume, por isso, uma dupla função: por um lado, a sua tarefa é encarada como sendo utópica; por outro é vista como a “consciência ética (colectiva)” (Renaud, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão dos recursos hídricos é tanto um problema público como um campo de luta onde se enfrentam interesses divergentes. Não chega ver a água como “o sangue do nosso planeta”, ainda é preciso ponderar e verificar se o direito à vida, à vida dos homens e da natureza, é ou não é garantido pelas decisões dos homens. Devemos encarar o ambiente como uma responsabilidade social e como um factor estratégico de sustentabilidade. O ser humano deve pensar em si não como um ser individual, mas, tal como afirma Morin (1991) um ser autónomo, auto-eco-organizador, onde a sua autonomia é inseparável da sua dependência.

Devemos abandonar para todo o sempre a pretensa de domínio e conquista da natureza, tarefa que aparentemente Descartes, Bacon ou Marx atribuíram à humanidade, como se fôssemos estranhos a essa natureza. Este projecto tornou-se irrealista a partir do momento em que percebemos que o imenso cosmos fica fora do nosso alcance. O ser humano tomou consciência de que o devir prometido pela tecnociência conduz à ruína da biosfera e por consequência ao suicídio da humanidade.

Temos de reaprender a ver, a conceber, a pensar, a agir, enquanto seres que se caracterizam pela dimensão narrativa da sua identidade, a qual nunca está completa, mas sempre em construção. As narrativas que contamos sobre nós e sobre o Outro são parte da realidade que herdamos e recriamos, sendo por isso essencial reflectir sobre estas histórias e o modo como elas influenciam a nossa existência humana. Não conhecemos o caminho, mas sabemos que o caminho se faz andando. Não temos pressa, mas sabemos que o impossível se torna possível na mesma medida em que o possível se torna impossível. Eis o novo sonho, incerto e frágil, que devemos desejar. Não temos a Terra Prometida, mas

temos uma aspiração, um querer, um mito, um sonho. A sua realização pode começar hoje na educação de um novo olhar (bio)ético, pelo qual aprendemos ou reaprendemos o significado da tolerância sem relativismos, fundada numa concepção do ser humano como identidade em construção, capaz de se afirmar face às inúmeras possibilidades da imaginação:

Entre a imaginação que diz: “Eu sou capaz de alcançar tudo” e a voz que diz: “Tudo é possível, mas nem tudo é benéfico” (quer para os outros, quer para si mesmo), emerge um desacordo silencioso. É este desacordo que o acto da promessa transforma numa concordância frágil: “Eu posso procurar alcançar tudo, mas Aqui é onde eu me situo!” (Ricoeur, 1992, pp.167-8).

REFERÊNCIAS

- Agoramoorthy, G. (2014). David Groenfeldt: water ethics: a values approach to solving the water crisis. *Water Resources Management*, 28(6), 1481-1483.
- Apel, K. (1998). *Discussion et Responsabilité: contribution à une éthique de la responsabilité*. Paris: Cerf.
- Archer, L. (2000). (Apres.). Ética e Genoma Humano. Lição-debate do I Curso de Mestrado de Bioética da Faculdade de Filosofia de Braga da Universidade Católica Portuguesa, Braga.
- Archer, L. (1996). Bioética: avassaladora, porquê?. *Brotéria* (142): 449-472.
- Attfeld, R. (2014). *Environmental Ethics: An Overview for The Twenty-First Century*. John Wiley & Sons.
- Bourg, D. (1996). Economia, Ecologia e Humanismo. *A Sociedade em Busca de Valores*, coord. Edgar Morin / Ilya Prigogine. Lisboa: Instituto Piaget, pp. 37-52.
- Coutinho, V. (2005). *Bioética e Teologia: Que paradigma de interação?* Coimbra: Gráfica de Coimbra.
- Fernandes, J. (2002). *A Política e o Ambiente. A dimensão do indivíduo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Ferreira, G. (1998). Ética e Ecologia: Perspectivas para uma discussão na actualidade. *Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior; Covilhã*. www.bocc.ubi.pt.
- Heras, J. (2003). La Ecología: Nuevo paradigma hermenéutico?. *Revista Portuguesa de Filosofia*. Tomo LIX Fasc. 3, pp. 59-72.
- Herrera, C. (2005). IV Fórum mundial da água – acções locais para um desafio global. *Revista Eco21*. Ano XV nº 101 Abril 2005.
- Jonas, H. (1995). *El principio de responsabilidad – ensayo de una ética para la civilización tecnológica*. Barcelona: Editorial Herder.
- Küng, H. (1990). *Projecto para uma ética mundial*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Soromenho-Marques, V. (1998). *O Futuro Frágil. Os Desafios da Crise Global do Ambiente*. Mem Martins: Publicações Europa América.
- Mogin, E.. (1996). O Desencantamento Democrático. *A Sociedade em Busca de Valores*, coord. Edgar Morin / Ilya Prigogine. Lisboa: Instituto Piaget, pp. 65-75.

- Morin, E. (1991). O Pensamento Ecologizado. *Os Problemas do Fim de Século*. 3ª ed. Editorial Notícias, pp. 177-191.
- Patrão Neves, M. C. (1997). Ética e Ambiente. *Ética da Vida, Vitalidade da Ética*, Porto: Gabinete de Investigação de Bioética, pp. 145 – 161.
- Osswald, W. (2007). É a Bioética interdisciplinar ou transdisciplinar?. *Cadernos do Mosteiro*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, pp. 109 – 114.
- Patrão Neves, M.C; Osswald, W. (2014). *Bioética simples*. Lisboa: Verbo.
- Potter, V. R. (1970). Bioethics: the Science of Survival. *Perspectives in Biology and Medicine*, 14, 1, pp. 125-153.
- Potter, V. R. (1971). *Bioethics: Bridge to the Future*. Englewood Cliffs (N.J.): Prentice Hall.
- Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (2012). Lisboa. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território; Instituto da Água.
- Renaud, I. (2001). Ética e Ecologia. *Novos Desafios à Bioética*, coord. Luís Archer, Jorge Biscaia, Walter Osswald, Michel Renaud. Porto Editora, pp. 272-276.
- Ricoeur, P. (1992). *Oneself as Another* (transl. Kathleen Blamey). Chicago: Chicago University Press, 1992.
- Selborne, L. (2001). *A ética do uso da água doce: um levantamento*. Brasília: Unesco.
- Serrão, D. (1996). *Bioética, a aventura de uma utopia saudável*. Colóquio/Ciências. Fundação Calouste Gulbenkian, 56-66.
- Sgreccia, E. (2000). *A Bioética e o novo milénio*. Bauru, São Paulo: Edusc.
- Touraine, A. (1995). *Crítica da Modernidade*. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- UNESCO (1996). *Educação um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Coord. Jacques Delors. Trad. José Carlos Eufrázio. Porto: Edições ASA.